

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

#### Aviso n.º 23050/2011

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que, precedendo procedimento concursal comum para ocupação de posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal da CCDRC, procedeu-se, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de Setembro e Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 2 de Março, com a trabalhadora, Sónia Alexandra Costa Madeira Correia, com efeitos a 1 de Novembro de 2011, auferindo a remuneração base pela posição entre 4.ª e 5.ª e nível ente 23 e 27 da tabela remuneratória única.

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 2 de Fevereiro, foi designado o seguinte júri para acompanhar o período experimental:

Presidente:

Eng.º Eugénio José Fernandes Santiago, Chefe da Divisão de Cooperação Técnica e Financeira, da CCDRC.

Vogais:

Dr.ª Maria Isabel Fraústo Antunes Azevedo Veiga Ferrão, Técnica Superior, da CCDRC.

Dr. António Manuel Matoso Cachulo Trindade, Técnico Superior, da CCDRC.

15 de Novembro de 2011. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.  
205372158

#### Aviso n.º 23051/2011

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que, precedendo procedimento concursal comum para ocupação de posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal da CCDRC, procedeu-se, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de Setembro e Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 2 de Março, com a trabalhadora, Andrea Oliveira Matos Fernandes Mendes Saldanha, com efeitos a 1 de Novembro de 2011, auferindo a remuneração base pela posição entre 5.ª e 6.ª e nível ente 27 e 31 da tabela remuneratória única.

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 2 de Fevereiro, foi designado o seguinte júri para acompanhar o período experimental:

Presidente:

Eng.º Eugénio José Fernandes Santiago, Chefe da Divisão de Cooperação Técnica e Financeira, da CCDRC.

Vogais:

Dr.ª Maria Isabel Fraústo Antunes Azevedo Veiga Ferrão, Técnica Superior, da CCDRC.

Dr. António Manuel Matoso Cachulo Trindade, Técnico Superior, da CCDRC.

15 de Novembro de 2011. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.  
205372239

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

#### Aviso n.º 23052/2011

Por despacho de 15/11/2011 da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, estando extinta a Comissão de Acompanhamento de Revisão do Plano Director Municipal de Alenquer, face ao disposto na alínea b) do ar-

tigo 20.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, é constituída a nova Comissão de Acompanhamento, nos termos do disposto nos n.º 1 do artigo 5.º do mesmo diploma, presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e integrando um representante das seguintes entidades e serviços:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I. P.;

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;

Assembleia Municipal de Alenquer;

Autoridade Florestal Nacional;

Autoridade Nacional de Protecção Civil;

Câmara Municipal de Alenquer;

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos;

Câmara Municipal de Azambuja;

Câmara Municipal do Cadaval;

Câmara Municipal de Torres Vedras;

Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço;

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;

Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

Direcção-Geral de Energia e Geologia do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento;

Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;

Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo;

Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento;

Estradas de Portugal, S. A.;

IMTT — Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.;

INIR — Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.;

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP;

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;

Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S. A.;

REN — Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A.;

Turismo de Portugal, I. P..

O presente prejudica o despacho a que se refere o Aviso (extracto) n.º 29350/2008, de 28/11/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 240 de 12/12/2008

17 de Novembro de 2011. — A Vice-Presidente, *Paula Santana*.

205371234

### Direcção-Geral de Veterinária

#### Despacho (extracto) n.º 15986/2011

Mediante procedimento concursal, aberto pelo aviso n.º 14508, de 14 de Agosto de 2009, publicado no *Diário da República*, n.º 157, 2.ª série, de 14 de Agosto de 2009, Ref.º 13, a Direcção-Geral de Veterinária celebrou, com efeitos a 1 de Abril de 2010, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o licenciado em medicina veterinária, Artur Manuel de Jesus Alves, o qual, ao abrigo do n.º 1 do artigo 286.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, veio cessar aquele contrato de trabalho, em 28 de Fevereiro de 2011.

Na sequência de tal cessação, foi determinado e autorizado, com recurso à reserva de recrutamento constituída na Ref.º 17, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por despacho de 15 de Março de 2011, da Subdirectora-Geral de Veterinária, a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a ocupação do posto de trabalho deixado vago, com o candidato, Lázaro José Simbine, licenciado em medicina veterinária, o qual se encontrava em lugar elegível e na posição imediatamente sequencial.

Esta contratação produz efeitos a 1 de Abril de 2011 e opera-se nos termos do estipulado no artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para a carreira/categoria de técnico superior, com a posição remuneratória 2.º e nível remuneratório 15, e das disposições conjugadas constantes do n.º 3 do artigo 9.º e artigos 20.º e 21.º, todos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2011. — A Directora de Serviços, *Isabel Cordeiro Ferreira*.

205370579

#### Despacho (extracto) n.º 15987/2011

Mediante procedimento concursal, aberto pelo aviso n.º 14508, de 14 de Agosto de 2009, publicado no *Diário da República*, n.º 157, 2.ª série, de 14 de Agosto de 2009, Ref.º 11, a Direcção-Geral de Veterinária